

JUVENTUDES CAMPONESAS, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AGROECOLOGIA

Camponesian Youth, Territorial Development and Agroecology

Juventudes Campesinas, Desarrollo Territorial y Agroecología

Luana Fernandes Melo*
 Felipe Ferrari da Costa**
 José Marcos Froehlich***
 Alexandre Eduardo de Araújo****

Resumo: O objetivo foi retratar o protagonismo das juventudes camponesas por meio de práticas agroecológicas no desenvolvimento territorial nos Territórios da Borborema, Piemonte da Borborema, Zona da Mata Norte e Sul, Cariri Oriental e Ocidental, Médio Sertão, Vale do Piranhas, do Paraíba e do Piancó, localizados na Paraíba. Os jovens que participaram desta pesquisa fizeram parte de cursos de extensão da Residência Agrária Jovem-PB e realizaram projetos em seus territórios, 26 deles ligaram-se diretamente aos sistemas de produção agrícola. Os projetos das juventudes concernentes aos sistemas de produção agrícola relacionaram-se a todas as dimensões da agroecologia, sendo favoráveis ao desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Sistemas de produção agrícola, territórios, dimensões da agroecologia.

Abstract: The objective was to portray the peasant youth protagonism through agroecological practices in the territorial development in the Territories of Borborema, Borborema Piemonte, Zona da Mata Norte and Sul, Cariri Oriental and Western, Vale do Piranhas, Paraíba and Piancó and Meio Sertão, located in the Paraíba. The

Introdução

De acordo com Macedo (2014), as juventudes camponesas podem apoiar a segurança alimentar e a agroecologia e, por consequência, contribuir na oferta de alimentos saudáveis para a população. No entanto, para isso, é necessário que se amplie o olhar sobre os segmentos das juventudes camponesas, já que se está falando de atores estratégicos para o desenvolvimento territorial e sustentável do país.

Neste sentido, ao se pensar em desenvolvimento territorial é importante considerar que território não é apenas uma realidade geográfica ou física, já que composto por dimensões humanas, sociais, culturais e históricas (CAZELLA et al., 2009). Ademais, o

* Bacharela em Agroecologia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria – UFMS. E-mail: luanaagroecologia@hotmail.com.

** Engenheiro agrônomo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. E-mail: f_costa08@hotmail.com.

*** Engenheiro agrônomo, pós doutor em Antropologia Social, professor da Universidade Federal de Santa Maria – UFMS. E-mail: marcos.froehlich@gmail.com.

**** Engenheiro agrônomo, doutor em Engenharia Agrícola, professor da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: alexandreduardodearaujo@hotmail.com.

young people who participated in this research participated in extension courses for the Agrarian Youth Residence-PB and carried out projects in their territories, 26 of them were directly involved in the agricultural production systems. Youth projects concerning agricultural production systems have been able to connect to all dimensions of agroecology and to be favorable to territorial development.

Keywords: Agricultural production systems, territories, dimensions of agroecology.

Resúmen: El objetivo fue retratar el protagonismo de las juventudes campesinas por medio de prácticas agroecológicas en el desarrollo territorial en los Territorios de Borborema, Piamonte da Borborema, Zona de Mata Norte y Sur, Cariri Oriental y Occidental, Medio Sertão, Valle de las pirañas, del Paraíba y del Piancó, ubicados en Paraíba. Los jóvenes que participaron en esta investigación formaron parte de cursos de extensión de la Residencia Agraria Joven-PB y realizaron proyectos en sus territorios, 26 de ellos se conectaron directamente a los sistemas de producción agrícola. Los proyectos de las juventudes concernientes a los sistemas de producción agrícola se han conectado a todas las dimensiones de la agroecología, siendo favorables al desarrollo territorial.

Palavras chave: Sistemas de producción agrícola, territorios, dimensiones de la agroecología.

desenvolvimento territorial depende da sinergia de vários microssistemas locais que se cruzam e efetuam trocas entre si, produzindo arranjo de interações que se desdobram e modificam o meio (COULMIN, 1984). Conforme arremata Santos (1996), “território é um conjunto de fluxos interagindo”.

Dando sequência a esta reflexão, percebe-se também que duas características são cabais na noção de desenvolvimento territorial mobilizada aqui: a primeira diz respeito a almejada e necessária interação entre o “local” e o “global”¹, como constituinte destes processos de desenvolvimento, e a segunda é a recusa da supremacia econômica, colocando o bem-estar humano no centro do processo de desenvolvimento (WILSON, 1996).

Logo, conforme Brandão (2007) território pode ser considerado uma construção social² conflituosa; produ-

¹ No texto “O ‘local’ na atribuição de sentido ao Desenvolvimento”, do ano de 1999, Froehlich salientou que é proeminente encontrar novos pontos de equilíbrio entre o local e o nacional/global, uma vez que, o local e o global não devem ser tratados como dicotômicos ou elementos separados no espaço ou no tempo, e sim considerar que os processos de globalização e localização/regionalização são indissociáveis.

² No trabalho “Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial”, do ano de 2018, Emília Pietrafesa de Godoi e Vilênia V. Porto Aguiar também elucidaram que território é uma construção social e política. Da mesma forma, no texto “Desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma polêmica”, do ano de 2012, Carlos E. Guanziroli ressaltou que a formação de um território é uma construção social que resulta do encontro e da mobilização dos atores

ção coletiva e dinâmica; unidade privilegiada de reprodução social; expressão e produto das interações que os atores protagonizam; nexos, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos e de sujeitos sociopolíticos; *lôcus* de lutas políticas, envolvendo arbítrio, criação e poder; e, por fim, o território pode ser visto também como ambiente politizado, em construção, sendo substancial buscar ampliar o campo de ação da coletividade, fortalecendo sua autodeterminação e liberdade de decisão e tomando o território enquanto potência vigorosa de transformação.

Por sua vez, a agroecologia não se propõe como uma panaceia para resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas dos modelos de produção e de consumo, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas, senão que busca, simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural e territorial mais sustentável e de transição para estilos de agriculturas com menor impacto ambiental, como uma contribuição para a vida das atuais e futuras gerações neste planeta de recursos limitados (CAPORAL, 2009).

Com isso, o objetivo do trabalho foi retratar o protagonismo das juventudes camponesas por meio de práticas agroecológicas na construção do desenvolvimento territorial nos Territórios da Borborema, Piemonte da Borborema, Zona da Mata Norte e Sul, Cariri Oriental e Ocidental, Médio Sertão, Vale do Piranhas, Vale do Paraíba e Vale do Piancó, localizados no Estado da Paraíba.

Caminho metodológico

Os jovens que participaram desta pesquisa fizeram parte de cursos de extensão da Residência Agrária Jovem-PB (RAJ). Os cursos de extensão foram: “Juventude Rural: Fortalecendo a Inclusão Produtiva na Zona da Mata e Brejo Paraibano” e “Formação Sócio-histórica de Jovens Camponeses para Inovação Tecnológica no Semiárido Paraibano”.

Esses cursos foram promovidos pela Política Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera) e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCTI), Via Campesina, AS-PTA, Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) entre outros.

O Pronera, criado em 1998, tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atuando como instrumento de

sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns e sua construção pressupõe a existência de relação de proximidades entre os atores.

democratização do conhecimento no campo e apoiando projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, o programa visa contribuir para emancipação e empoderamento destes sujeitos (INCRA, 2016).

Assim, a RAJ foi desenvolvida nos Territórios da Borborema, Piemonte da Borborema, Zona da Mata Norte e Sul, Cariri Oriental e Ocidental, Médio Sertão, Vale do Piranhas, Vale do Paraíba e Vale do Piancó. O público participante foi formado por jovens agricultores assentados da reforma agrária e/ou moradores de comunidades rurais, com idade entre 15 e 29 anos, cursando ou já tendo cursado o ensino médio, e que já participavam de ações extensionistas, educativas ou organizativas junto à sociedade civil organizada, movimentos sociais ou a órgãos do Estado.

O intuito da RAJ foi capacitar jovens agricultores para que pudessem contribuir com o desenvolvimento territorial e sustentável a partir de ações em suas próprias comunidades e assentamentos, propiciando novos conhecimentos e apropriação de tecnologia para a consolidação da autonomia econômica e inclusão social das juventudes do campo.

A proposta de atividades teve duração de 24 meses, de 2015-2017, contando com a formação de duas turmas: a primeira (2015-2016) com cerca de 60 jovens e a segunda (2016-2017) com cerca de 55 jovens, ou seja, um total de 115 jovens, que faziam parte dos devidos territórios citados acima.

O processo de aprendizagem pela pesquisa seguiu princípios da Pedagogia da Alternância e esteve dividido em dois momentos conectados: tempo escola e tempo comunidade. No tempo escola ocorreram aulas teóricas e práticas. Já o tempo comunidade foi acompanhado pela equipe de coordenação pedagógica do projeto e nele os estudantes desenvolveram, em sintonia com as dinâmicas locais, as atividades definidas no tempo escola, construindo e implementando projetos coletivos ou individuais, agrícolas ou não agrícolas.

Neste contexto, foram realizados vários projetos entre os 115 jovens estudantes. Visto que as juventudes influenciaram nas dinâmicas do desenvolvimento territorial naquele contexto, foi realizado um recorte neste trabalho, priorizando os projetos ligados a temática de sistemas de produção agrícola.

Resultados e discussão

Antes de refletir sobre estes projetos, é importante ressaltar novamente alguns elementos acerca da noção de território aqui empregada, compreendendo

o mesmo como multissetorial³ e multidimensional: multissetorial por englobar distintos conjuntos de atividades econômicas (agricultura, indústria, serviços etc.) e multifuncional, em decorrência dos recursos do território (terra, identidades culturais, biodiversidade) remeterem a diversas funções (produtivas, ambientais, culturais e sociais) (GUANZIROLI, 2012).

Além disso, o território deve ser visto como espaço multidimensional (BRANDÃO, 2007), sendo que o desenvolvimento só pode ser autêntico se pensado também nestes termos (FROEHLICH, 1999).

Assim, Favareto (2010) ressalta que não faz mais sentido tratar o rural como sinônimo do agrícola ou atribuí-lo como um lugar de atraso, pobreza e produção de bens primários, mas que é preciso compreendê-lo, sobretudo, por sua natureza territorial permeada de atributos. Nesta perspectiva, Abramovay (2003) também enfatizou que o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola e que está atrelado a duas correntes contemporâneas do pensamento: a que subsume a dimensão territorial do desenvolvimento e a do capital social que diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade.

Com isso, a noção de território é perpassada na perspectiva que se abandone um horizonte estritamente setorial, que considera a agricultura como o único setor e os agricultores como os únicos atores (junto com os demais integrantes das cadeias agroindustriais) que importam nas regiões rurais (ABRAMOVAY, 2007).

Silva (1999) explicitou que há um aumento da complexidade do mundo rural, com atividades econômicas diversas: agricultura, manufaturas e artesanato, transformação agroalimentar, turismo e outros serviços, onde se visualiza que a agricultura deixa de ser a única atividade econômica ou até a mais impactante em termos de renda nos territórios rurais.

Portanto, embora seja verdade que a agricultura não é a única atividade com capacidade de dinamizar os territórios, corre-se o risco de cair no outro extremo, e acabar minimizando o papel desta atividade em função de uma amplitude de setores que muitas vezes inexistem ou não tem uma boa expressividade (GUANZIROLI et al., 2001).

Logo, recoloca-se o papel da agricultura como essencial no processo estruturador das economias regionais, sem desmerecer o papel das atividades não agrícolas, mas dando a cada uma sua real proporção em função da realidade de

³ Arilson Favareto em seu trabalho "A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou 'inovação por adição'?" também pôs em evidência que a nova visão do desenvolvimento rural é a transição do enfoque setorial para o territorial (com caráter intersetorial e multidimensional).

um país como o Brasil, no qual ainda as atividades agrícolas têm um papel crucial no desenvolvimento rural e territorial e, conseqüentemente, na promoção das dietas familiares (GUANZIROLI, 2012).

Sabourin, Massardier e Sotomayor (2016) elencam que existe um risco de passar de um extremo ao outro, invertendo em atividades, de fato inovadoras (turismo, ambiente, educação, etc.), mas sem dúvida, ainda marginais ou pouco influenciadoras das dinâmicas territoriais. Sendo assim, a agricultura não deixa de ser a atividade essencial da maioria dos territórios rurais de América Latina, e não pode ser esquecida e alijada, sob o pretexto de tomar em conta a complexidade e a diversidade do rural, uma vez que, denotam um caráter suntuoso nas facetas territoriais (IICA 2013).

Neste arcabouço, é proeminente frisar que o papel da agricultura e pecuária é muito relevante nas áreas rurais da América Latina, onde a porcentagem da população que trabalha e vive da agricultura chega a valores próximos de 80% em muitos municípios rurais (SUMPSSI, 2007), ou seja, é iniludível a importância dos sistemas de produção agrícola como uma atividade salutar para o desenvolvimento territorial.

Desta forma, analisando-se os objetivos estabelecidos nos projetos desenvolvidos nestes cursos, percebeu-se que, dos vários projetos realizados pelas juventudes, pelo menos 26 deles ligaram-se diretamente ao desenvolvimento de sistemas de produção agrícola no campo, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1. Projetos da primeira turma da RAJ (2015-2016)

PROJETOS (2015-2016)	OBJETIVOS	MUNICÍPIO/TERRITÓRIO
Fundo Rotativo Solidário	- Fortalecer o fundo rotativo; - Buscar autonomia juvenil a partir de ações do campo e para o campo; - Aumentar a renda;	Remígio (Território da Borborema)
Plantio de Palma	- Construir um banco de sementes e repassar as sementes para as demais pessoas da comunidade; - Otimizar a segurança alimentar e nutricional	Solânea (Território da Borborema)
Fortalecimento da Instalação do Galinheiro	- Aprimorar a atividade referente ao galinheiro para influenciar a criação de aves e ter como produto final ovos e carne;	Mari (Território da Zona da Mata Norte)
Horta Agroecológica Mãe Luiza	- Construir uma horta agroecológica; - Contribuir com a segurança alimentar da família;	Areia (Território da Borborema)
Plantio de Palma	- Otimizar o plantio de palma para alimentação animal;	Remígio ((Território da Borborema)

PROJETOS (2015-2016)	OBJETIVOS	MUNICÍPIO/TERRITÓRIO
Fortalecendo a Horta Familiar	- Aprimorar a horta agroecológica; - Melhorar a gestão produtiva da horta; - Consumir alimentos saudáveis da horta;	Itabaiana (Território da Zona da Mata Sul)
Horta Orgânica	- Construir uma horta orgânica para o consumo de alimentos nutritivos e para cooperar com um sistema produtivo sustentável;	Alhandra (Território da Zona da Mata Sul)
Horta Agroecológica Escolar	- Construir uma horta agroecológica em âmbito escolar para influenciar outros estudantes a produção alimentar sustentável;	Conde (Território da Zona da Mata Sul)
Quintais Produtivos	- Consolidar os quintais produtivos de forma agroecológica;	Riachão do Poço (Território da Zona da Mata Norte)
Cultivos de Pimentas com Jovens da Comunidade	- Fortalecer o cultivo agroecológico de pimentas da comunidade.	Pilões (Território da Borborema)

Fonte: Própria (2019)

No quadro acima tem-se alguns projetos que foram desenvolvidos na primeira turma da Residência Agrária Jovem na Paraíba. Já no quadro a seguir observam-se os projetos da segunda turma, de 2016/2017.

Quadro 2. Projetos da segunda turma da RAJ (2016-2017)

PROJETOS (2016/2017)	OBJETIVOS	MUNICÍPIO
Juventude e Família do Campo Apoiando Agroecologia	- Construir uma horta agroecológica comunitária; - Colaborar com a saúde humana e ambiental;	Areal (Território da Borborema)
Horta Orgânica	- Consolidar a horta orgânica da família; - Consumir alimentos saudáveis;	Lagoa de Dentro (Território do Piemonte da Borborema)
Resgate de Viveiro	- Resgatar viveiro para dar encadeamento a atividades de cunho sustentável; - Se alimentar de forma saudável; - Contribuir com a agroecologia;	Conde (Território da Zona da Mata Sul)
Hortaliça Jardim	- Construir uma horta sustentável; - Contribuir com a alimentação saudável da família;	Areia (Território da Borborema)
Criação de Viveiro Agroecológico	- Trabalhar de modo sustentável; - Unir produção, consumo e direito a alimentação ancorada na agroecologia;	Sousa (Território do Vale do Piranhas)
Plantio de Mamão Agroecológico	- Dar ênfase a cultura do mamão em virtude de ser uma cultura com aptidão na região;	Conde (Território da Zona da Mata Sul)
Enxertia	- Resgatar a cultura da laranja; - Melhorar e ampliar a produção da laranja; - Compartilhar experiências com outros jovens;	Solânea (Território da Borborema)

PROJETOS (2016/2017)	OBJETIVOS	MUNICÍPIO
Reuso de Água	- Fazer um sistema de reuso de água para utilização no plantio do mamão; - Promover soberania alimentar;	Solânea (Território da Borborema)
Ampliação de Horta Orgânica	- Aumentar a horta orgânica e a quantidade de culturas (diversificação de culturas); - Ingerir alimentos adequados e nutritivos;	Conde (Território da Zona da Mata Sul)
Horta Agroecológica	- Construir uma horta agroecológica; - Consumir alimentos variados; - Apoiar a soberania alimentar; - Colaborar com a segurança alimentar da família;	Bananeiras (Território do Piemonte da Borborema)
Palma Forrageira	- Aumentar o cultivo de palmas; - Ofertar alimentação animal; - Cultivar palma para reduzir custos quanto a alimentação animal;	São José dos Cordeiros (Território do Cariri Ocidental)
Viveiro Saião Agroecológico	- Produzir mudas de plantas medicinais e frutíferas; - Fortalecer a soberania e segurança alimentar e nutricional; - Recuperar os bons tempos de Caiana; - Fazer reflorestamento; - Resgatar o saber popular; - Complementar a renda; - Contribuir com a dinamização da agroecologia e com um produto final livre de agrotóxicos;	Alagoa Grande (Território do Piemonte da Borborema)
Criação de Galinha Capoeira	- Promover segurança alimentar; - Consumir produtos, por exemplo, os ovos (acesso a alimentação)	São Domingos do Cariri (Território do Cariri Oriental)
Farmácia Viva	- Criar uma farmácia viva no assentamento Cabanos; - Consumir alimentos que não prejudiquem a saúde, ou seja, que não ocasione o surgimento de doenças;	Diamante (Território do Vale do Piancó)
Horta Suspensa	- Produzir o próprio alimento; - Produzir o alimento de modo sustentável; - Economizar dinheiro (produzir o próprio alimento e evitar a compra em outros locais);	Itatuba (Território do Vale do Paraíba)
A Juventude que semeia a terra dela colhe seus frutos	- Construção de viveiro agroecológico para uso de toda a comunidade; - Produzir mudas de espécies diferentes; - Proporcionar uma alimentação saudável para si, para a família e comunidade.	Matureia (Território do Médio Sertão)

Fonte: Própria (2019)

Cabe frisar que a totalidade destes projetos desenvolvidos teve como vanguarda as bases da agroecologia e, por se tratar de projetos ligados a sistemas produtivos, não englobaram apenas a dimensão ambiental da agroecologia, mas

também a dimensão econômica, política, social, cultural e ética e influenciaram nos rumos do desenvolvimento territorial das comunidades onde foram desenvolvidos.

Portanto, trata-se de experiências onde, a partir do desenvolvimento de processos educacionais voltados à juventude rural destas comunidades, buscou-se fortalecer a autonomia destes jovens, tornando-os agentes protagonistas na construção de experiências avançadas, no sentido de um desenvolvimento territorial mais endógeno e sustentado, que tenha como base novas premissas de produção ecológica, de desenvolvimento social e local⁴ e de relação entre o ser humano e a natureza.

Neste contexto, segundo Favareto (2015), o fundamental é que o futuro das regiões rurais possa ser pensado em novas bases de relação entre sociedade, natureza e economia, com isso, nota-se que as juventudes camponesas retratadas neste trabalho não apenas pensaram nessa relação, mas construíram projetos imbuídos nesta perspectiva.

De modo geral, pode-se dizer que o âmbito destes projetos está associado à noção de “saúde ambiental”, conforme pensada por Ribeiro (2004), já que envolve uma perspectiva relacional entre a saúde humana e cuidado com o meio ambiente.

Neste ínterim, é conspícuo a interface entre estes aspectos do meio ambiente e da saúde humana, na medida em que os projetos apresentam objetivos que relacionam o cuidado com o meio ambiente e preocupações com a busca por uma alimentação saudável. Mais do que isso, muitas vezes parece haver uma ligação estrutural entre estas duas dimensões, já que cada uma delas só faz sentido quando em contato com a outra. Ou seja, torna-se quase impossível pensar-se em diligência com o meio ambiente, em termos de produção agropecuária, sem que se tenha em conta a busca por uma alimentação saudável e vice e versa.

Além disso, este processo materializa-se também na busca por segurança e soberania alimentar manifestada em todos os projetos. Para Alem *et al.*, (2015) a soberania alimentar é capaz de dar conta de diversos aspectos da realidade, pois incorpora a questão do modelo de produção, do acesso, da qualidade do alimento, da preocupação ambiental, enfim, captura não só especificidades, mas apanha fenômenos presentes no cotidiano para influenciar em um melhor viver.

Da mesma forma, a dimensão ambiental de alguns projetos desenvolvidos nestas comunidades está coalizada a outras dimensões do desenvolvimento ter-

⁴ Segundo Pecqueur em seu trabalho “Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud” do ano de 2004, o recurso ao termo local a partir dos anos 1980 foi aos poucos sendo substituído pela referência ao território, por esse não induzir nem à ideia de pequena escala, nem de autarquia.

ritorial ali proposto, como os aspectos da geração de renda e do desenvolvimento econômico das famílias. Estes elementos se materializam, sobretudo, a partir de diferentes estratégias de busca por melhoria da renda dos sujeitos locais, seja através do aumento direto via comercialização dos alimentos produzidos ou, por outro lado, via melhoria nos níveis de consumo interno das famílias.

Nos dois casos, as estratégias produtivas de base agroecológica ensejaram a produção de um alimento diferenciado nos mercados locais e/ou constituíram-se como relevante base nutricional e alimentar da própria família, contribuindo, desta maneira, também para a sua reprodução econômica, via redução de custos de manutenção.

Diante disso, percebe-se a diversidade de caminhos através dos quais se materializa a dimensão econômica destes projetos concatenados ao desenvolvimento territorial, visto que, quando se fala em dimensão econômica, pensa-se não apenas na comercialização da produção a partir dos projetos das juventudes e consequentemente na renda, mas também, na transformação, consumo e utilização de tais produtos, pois assim, as juventudes e suas famílias evitam comprar determinados alimentos, passando a ingerir seu próprio produto, o que pode influenciar na renda.

Um exemplo de aglutinação da dimensão ambiental e econômica, como citado acima, consta no projeto de enxertia, onde um dos fundamentos foi a comercialização da laranja na feira agroecológica ou feira livre da cidade de Solânea-PB, aliado ao consumo interno das famílias produtoras. A partir destes processos, visualiza-se, em linhas gerais, o protagonismo das juventudes camponesas destas regiões, contribuindo no desenvolvimento de seus territórios, por meio das práticas da agroecologia.

Dando sequência a este raciocínio, pode-se dizer também que estes projetos balizam uma dimensão social, na medida em que promovem diversas articulações entre os agentes presentes em determinada realidade, constituindo-se como importante elemento propulsor de suas ações cotidianas e visando o bem-estar e a qualidade de vida, seja da própria família ou da comunidade em si.

Um exemplo de projeto que pensa nesse bem-estar e qualidade de vida familiar ou da comunidade é o projeto de horta agroecológica comunitária que foi construído no Município de Areial, pois, além de constituir-se, em alguns casos, como ferramenta de comercialização, percebe-se ali que uma alimentação agroecológica e a dinâmica de sua produção comunitária, podem cooperar com um melhor bem-estar, qualidade de vida e interação entre as pessoas.

Ao falar em qualidade de vida, Azevedo e Pelicioni (2012) também abordaram que a forma de produzir alimentos na perspectiva agroecológica tem baixo impacto ambiental e pode influenciar a qualidade de vida da população por inge-

rir uma alimentação nutritiva, saborosa, sadia ou saudável, livre de agrotóxicos, transgênicos e outros contaminantes.

Desta maneira, percebe-se que os projetos em questão podem se constituir como ferramentas de mudanças sociais e construção de cidadania para setores sociais historicamente marginalizados e excluídos. Os aspectos que envolvem o desenvolvimento territorial aqui proposto interligam-se entre si, podendo gerar como consequência um desenvolvimento construído com o protagonismo das juventudes camponesas e que esteja a serviço de outro tipo de sociedade possível.

Este processo pode ser verificado também ao analisar-se a dimensão cultural destes projetos, já que estes buscam ressignificar o contato destes jovens rurais com alguns traços da cultura local. Vale esboçar que este processo ocorre também a partir de uma dimensão produtiva, onde se destaca a utilização das chamadas “sementes da paixão”, que são sementes passadas de geração em geração e que guardam diversos elementos de um modo de fazer agricultura e desenvolver um cuidado com a terra fortemente tecidos à cultura destas comunidades rurais.

Ademais, de modo geral, o trabalho proposto de resgate da dimensão ambiental e social dos cultivos agrícolas desenvolvidos nestas experiências também dialoga com esta dimensão de estreitar o contato com o território e, por consequência, com a história e a cultura próprias destes povos, visando fazer com que estes jovens rurais passem a se apropriar com mais intensidade dos elementos que compõem a sua cultura.

Arelada ainda às dimensões até aqui expostas, visualiza-se os aspectos políticos contidos em tais projetos. Na medida em que estes projetos são mediados por processos educacionais forjados em sociedade e apontam para preocupações ambientais que envolvem os sistemas de produção agrícola, constituem-se como projetos de mudança e transformação de determinada realidade.

Portanto, tais experiências locais/territoriais envolvem mediações e disputas, sendo perpassadas por relações, também presentes na esfera local (ESCOBAR, 2012). Assim, podemos dizer que estes projetos que influenciam o desenvolvimento territorial são, em sua essência, também projetos políticos de busca por melhoria e transformação dos territórios onde se desenvolvem.

Diante disso, pode-se perceber que o desenvolvimento territorial pensado por estas juventudes, a partir dos princípios da agroecologia, constitui-se como ferramenta de disputa em torno de diferentes modelos de agricultura e de sociedade. Em outros termos, trata-se da afirmação da pertinência e da defesa de um modelo de agricultura familiar e camponesa, que se coloca como contraponto aos modelos hegemônicos de produção presentes no campo brasileiro, seja do ponto de vista de afirmar uma produção de base ecológica ou consolidação de direitos sociais no campo.

Por fim, pode-se dizer que o tipo de desenvolvimento territorial afirmado a partir destes projetos transmite também uma dimensão ética, já que envolve a construção de um novo olhar dos sujeitos presentes neste espaço, sobretudo dos jovens diretamente envolvidos, em relação aos atos de solidariedade e cooperação em torno da produção, do comércio e da relação com a natureza. Na medida em que se afirma a necessidade de promover um tipo de desenvolvimento que não tenha como única premissa a busca pelo lucro, vêm à tona outros elementos, de natureza ética, que guiaram a ação dos agentes destas comunidades.

No entanto, vale salientar que a maioria dos projetos não tinha como objetivo a comercialização da produção e só alguns jovens aproveitaram as atividades que estabeleceram no projeto e se dedicaram a comercialização. Do ponto de vista da comercialização de seus produtos, emerge daí uma relação com o consumidor, onde se busca a mútua satisfação e bem-estar. Logo, constitui-se como um dos cerne destes agentes a possibilidade de oferecer ao consumidor um alimento de qualidade e produzido com mais respeito ao meio ambiente.

Ademais, os processos de cooperação que envolveram os agentes destas comunidades durante a produção foram profícuos e se intensificaram, ganhando novos significados.

Por outro lado, todos os projetos construídos só foram possíveis porque os jovens conseguiram suplantar as dificuldades que apareceram durante a elaboração dos projetos e por sua capacidade de auto-organização e valorização dos atributos de suas regiões. Quanto a isso, Bagnasco (2001) abordou que a capacidade de auto-organização da sociedade é um recurso decisivo para o desenvolvimento. E Abramovay (2003) sublinhou que “o desenvolvimento territorial apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região”.

Contudo, apesar de neste trabalho relatarmos apenas os projetos ligados aos sistemas produtivos, as juventudes no geral que fizeram parte da RAJ não realizaram projetos somente relacionados à produção vegetal ou animal, mas também tecidos na cultura, lazer, bem viver, esporte, educação, política (como diz a famosa frase: comer é um ato político) e demais.

Considerações finais

Os projetos das juventudes camponesas estudadas concernente aos sistemas de produção agrícola conseguiram deslanchar e se ligar a todas as dimensões da agroecologia: ambiental, social, econômica, cultural, política e ética e assim ser

favoráveis ao desenvolvimento territorial e contribuir com a promoção de dinâmicas de menor impacto ambiental.

As práticas agroecológicas desenvolvidas pelas juventudes nos territórios tiveram também o intuito de melhorar a saúde humana, promover soberania e segurança alimentar e nutricional. Da mesma forma, as juventudes se mostraram conscientes ambientalmente, fator essencial para um mundo rural com mais justiça social, empoderamento juvenil e perseverança quanto às atividades agroecológicas desenvolvidas nos territórios.

Por fim, percebeu-se que as juventudes camponesas muito tem a colaborar com um desenvolvimento territorial inclusivo, de dinâmicas agroecológicas e com o envolvimento e a construção de sistemas de produção agrícola mais equilibrados e responsáveis com o meio ambiente.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. In: ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 83-100.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea Ed., 2007. p.19-38.
- ALEM, D. et al. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 20., 2015, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: [S.l], 2015.
- AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 31, n. 4, p. 290-295, 2012.
- BAGNASCO, A. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, G.; ZILBOVÍCIUS, M. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001. p.349-363.
- CAPORAL, F. R. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: MDA/SAF, 2009.
- CAZELLA, A. et al. Olhares disciplinares sobre o território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 25-45.
- COULMIN, P. *La décentralisation: la dynamique de développement local*. Paris: Syros/ADELS, 1984.
- ESCOBAR, A. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. *Antropología Social*, São Paulo, v. 21, p. 23-62, 2012.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.
- FAVARETO, A. Uma década de experimentações e o futuro da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: Grisa, C.; Schneider, S. (Orgs.) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.
- FROEHLICH, J. M. O ‘local’ na atribuição de sentido ao desenvolvimento. *Textos CPDA*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 01-17, 1999.

GUANZIROLI C. E, et al. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 2001.

GUANZIROLI, C. E. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma polêmica. In: FROEHLICH, José Marcos (Org.). *Desenvolvimento Territorial - Produção, Identidade e Consumo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 125-138.

IICA. *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*. Brasília: IICA, Forum DRS. 2013. v. 21.

INCRA. Cerimônia marca encerramento de cursos de Residência Jovem na Paraíba. *Notícias*. Brasília: Incra, 2016.

MACEDO, S. C. O I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas: Juventude rural e a permanência no campo. In: MENEZES, M. A. et al. (Org.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília: NEAD/MDA; IICA, 2014. p. 47.

SABOURIN, E. P.; MASSARDIER, G.; SOTOMAYOR, O. As políticas de desenvolvimento territorial rural na América latina: uma hibridação das fontes e da implementação. *Mundos Plurales*, Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública, Quito, v. 3, n. 1, p. 75-98, 2016.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia. 1999.

SUMPSI, J. M. Desatrollo rural com enfoque territorial: diferencias e semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: Ortega, A. C.; Almeida Filho, N. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea Ed., 2007. p. 63-91.

RIBEIRO, H. Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 70-80, 2004.

WILSON, P. Le développement économique communautaire aux Etats-Unis et en Amérique Latine. In: DEMAZIERE, C. (éd.). *Du local au global: les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique*. Paris, L'Harmattan, 1996. p. 259-271.